

CONQUISTAS E DESAFIOS

Durante a realização da VII CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FARMACÊUTICA e do VII ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DE CURSOS DE FARMÁCIA, eventos ocorridos, simultaneamente, no mês de junho de 2011, em Brasília (DF), estiveram em destaque vários assuntos relacionados à formação farmacêutica. Foram oferecidas atividades de capacitação e desenvolvimento docente preliminares ao início oficial dos trabalhos. Seguiram-se palestras proferidas por “experts” em áreas fundamentais para a educação farmacêutica.

Isso serviu de base para o momento máximo de reflexão da VII Conferência Nacional de Educação Farmacêutica e do VII Encontro Nacional de Coordenadores de Cursos de Farmácia, em que foram abordados os **dez anos de Diretrizes Curriculares**.

Como resultado da estratégia provocadora adotada para as explanações e da participação de diversos colegas dando depoimentos sobre **estratégias indutoras de transformação**, formou-se um grande grupo de debates. Os participantes: estudantes, professores, coordenadores de curso, gestores e representantes de instituições governamentais relacionadas à área da Farmácia, debateram harmonicamente e contribuíram, apontando as conquistas alcançadas, os aspectos que merecem mais reflexões e ao final sugeriram ações no sentido de colaborar com as Instituições de Ensino que, ainda, encontram dificuldades na operacionalização das Diretrizes Curriculares.

O Prof. Dr. Geraldo Alécio de Oliveira, Vice-Presidente da Abenfarbio, sintetizou no texto a seguir os desafios da educação farmacêutica ressaltados pelos participantes do evento.

O primeiro tema abordado foi a denominação da profissão, que passou exclusivamente para “Farmácia”, após a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais. Foi quase unanimidade entre os presentes que o termo farmacêutico gerou unidade e deu maior visibilidade à categoria.

Vários colegas mencionaram que a denominação “Farmácia – Bioquímica” levava a uma separação profissional entre aqueles que se apresentavam como farmacêuticos e os que se apresentavam como bioquímicos, posto que, na maioria das vezes, não se identificavam como pertencentes à mesma classe profissional.

Este movimento que durou décadas produziu uma cisão na profissão, sendo perceptível pela so-

cidade que muitas vezes não entendia o bioquímico como sendo farmacêutico. Mesmo em meios oficiais, como em concursos públicos, era possível visualizar esta separação ideológica. Assim, a identificação única de farmacêutico trouxe coesão e uniformidade para a profissão e, possivelmente, maior credibilidade perante a sociedade.

As vantagens da formação generalista comparada à formação por habilitações também foi apontada pela maioria dos presentes. Diversos participantes manifestaram a percepção de que o farmacêutico formado no novo modelo está melhor preparado para o exercício profissional, embora alguns membros manifestassem preocupação com a redução dos conteúdos de análises clínicas durante a montagem de novas matrizes curriculares, por parte de algumas instituições de ensino.

Foi ressaltada a importância do domínio dessa área mesmo para aqueles profissionais que não pretendem atuar diretamente em laboratório de análises clínicas. Foi visível um entendimento em que, durante o planejamento de muitas matrizes curriculares generalistas, houve uma redução considerável dos conteúdos das áreas de análises clínicas e de alimentos.

Vários participantes sugeriram realizar um estudo multicêntrico acerca do egresso em Farmácia após a implantação das DCN para um diagnóstico preciso sobre sua formação e qualificação para o exercício profissional e, especialmente, para aprender a visão dos empregadores e da sociedade.

A preocupação com a qualidade do ensino farmacêutico esteve presente durante todo o evento. Reduzir a heterogeneidade da formação; criar eixos integradores; respeitar diversidades e regionalidades; fortalecer a formação para a prestação de serviços; promover a formação humanista, social e reflexiva; definir critérios mínimos de qualidade dos cursos; flexibilizar os estágios supervisionados; compartilhar experiências inovadoras de ensino; ampliar os programas de capacitação docente; e rever os conteúdos e as matrizes curriculares, foram algumas das ações sugeridas para a melhoria da qualidade no ensino farmacêutico.

Na visão de alguns participantes, a integração das áreas de alimentos e análises clínicas à área de medicamentos dentro da formação generalista, provocou um “inchaço” das matrizes curriculares, outros opinaram que existe excesso de conteúdos básicos



em detrimento dos conteúdos aplicados e que parte considerável dos conteúdos abordados em sala de aula não é necessária para uma boa formação em Farmácia.

Aliado a este fato, muitos docentes de cursos de Farmácia nunca atuaram no mercado profissional e, portanto, ensinam para um exercício profissional que não vivenciaram. Ainda, existe a realidade da maioria dos professores terem uma formação tecnicista, por habilidades para um ensino generalista, integrado, humanista e reflexivo.

A melhoria da formação docente para este novo modelo de ensino universitário foi citada como um dos principais pilares para garantir a efetividade e o sucesso das DCN. Estimular um ensino reflexivo baseado na resolução de problemas do cotidiano por meio do uso da problematização, estudo de casos, aprendizagem por projetos, uso de mapas conceituais, interação ensino-serviço-comunidade, foi citado como elemento que pode trazer grandes transformações na qualidade das atitudes do egresso de Farmácia.

A flexibilização dos estágios foi um tema permanentemente citado durante as reuniões. Vários presentes ponderaram que o estágio é um dos momentos mais importantes para a boa formação do egresso, sendo necessário melhorar a qualificação dos supervisores e preceptores e, principalmente, validar as empresas concedentes de estágios. Houve manifestações no sentido de que mil horas de atividades práticas reais não são suficientes para garantir uma boa formação nas três áreas de atuação (alimentos, medicamentos e análises clínicas), sendo necessário priorizar a área de interesse do estudante para que este realmente possa aprofundar sua formação prática e tornar-se apto para os desafios do exercício profissional na área escolhida. A melhoria do planejamento acadêmico orientado pelas DCN, foi citado como um ato político amparado pela legislação.

Um dos principais desafios mencionados para a segunda década deste milênio é promover e consolidar a presença do farmacêutico em todas as subáreas da saúde pública. Inserir a Farmácia nas subáreas de vigilância sanitária, gestão, promoção de saúde, direito público e, principalmente, no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda é um grande desafio na maioria dos municípios.

Muitas instituições mencionaram um maior enfoque e a ampliação dos conteúdos para esta área de atuação, mas também lembraram a necessidade de sensibilizar diretores e gestores públicos para as

vantagens da presença do farmacêutico nos serviços municipais, estaduais e federais. Nesse sentido, dois eixos mereceram atenção especial: melhoria da formação acadêmica e orientação de gestores públicos para as vantagens econômicas e sociais da presença do farmacêutico nos vários serviços.

A presença da Farmácia Escola foi citada como um dos fatores imprescindíveis para a formação em prestação de serviços na farmácia comunitária.

Pode-se observar que apesar de decorridos dez anos da aprovação das DCN, ainda existem instituições de ensino que somente agora implantaram um currículo generalista e algumas resistem em manter a denominação farmacêutico-bioquímico.

Muitas instituições implantaram as DCN no prazo previsto, mas num modelo parcial sem contemplar as três grandes áreas de atuação (medicamentos, alimentos e análises clínicas), ou baseado num currículo ainda tecnicista e desintegrado. Por outro lado, preocupadas com o futuro da profissão, existem várias instituições de ensino superior líderes no processo, já com ampla vivência na formação generalista, com elevado grau de interdisciplinaridade e com sólidos programas na formação de profissionais humanistas e reflexivos.

Foi citado que a heterogeneidade cronológica na implantação das DCN advém, muitas vezes, da resistência de grupos de professores que por razões pessoais ou institucionais retardaram o processo de mudança e o avanço da profissão, como consequência, os grandes prejudicados são os egressos destas instituições e a profissão que ainda sofre com a fragmentação e a desunião política da classe. Existe uma percepção de que as instituições retardatárias perderam a oportunidade de ficarem na vanguarda das transformações, além de prejudicarem a evolução, a unificação e a promoção da profissão farmacêutica perante a sociedade.

Ao final da VII Conferência Nacional de Educação Farmacêutica e VII Encontro Nacional de Coordenadores de Cursos de Farmácia, a Abenfarbio registrou várias sugestões para a melhoria da formação farmacêutica e pretende em parceria com a Comissão de Ensino do CFF, estruturar um projeto abrangente para desenvolver ações cujos benefícios possam ser auferidos pelos egressos e principalmente, pela sociedade que deve ser a grande beneficiada com as atividades farmacêuticas. O evento foi marcado pela confluência de idéias e sugestões que somadas e aplicadas, certamente contribuirão enormemente para o engrandecimento do ensino farmacêutico brasileiro!





RECONHECIMENTO A PROFISSIONAIS DEDICADOS AO ENSINO FARMACÊUTICO

Durante a solenidade de abertura da VII Conferência Nacional de Educação Farmacêutica e VII Encontro Nacional de Coordenadores de Cursos de Farmácia, o Conselho Federal de Farmácia e a Abenfarbio prestaram justas homenagens a dois colegas que nunca mediram esforços na luta para a melhoria do ensino farmacêutico no país. Foi concedido ao Professor José Aleixo Prates e Silva o título de Associado Honorário da Abenfarbio em função de sua luta constante para manter a Associação de Ensino Farmacêutico e Bioquímico. A Profa. Zilamar Costa Fernandes foi homenageada por seu empenho e efetivas contribuições em prol do ensino farmacêutico.



Professor José Aleixo Prates e Silva



Professora Zilamar Costa Fernandes

ABENFARBIO É OFICIALMENTE FILIADA À COIFFA

Durante a XIV Reunião da Comissão Permanente da Conferência Iberoamericana de Faculdades de Farmácia – COIFFA e X Assembléia Geral da mesma entidade, realizadas nos dias 20 e 21 de junho de 2011 em Lisboa – Portugal, foi aprovada a filiação da Abenfarbio à COIFFA. Esta filiação já havia sido pleiteada, porém, como não constava do estatuto da COIFFA a inserção de associações da natureza da Abenfarbio, coube ao Prof. Radif Domingos, representante do CFF junto à COIFFA argumentar e sugerir a alteração do mesmo, o que foi acatado propiciando também a possibilidade de filiação de associações representativas de estudantes.

Durante os eventos citados, ocorreu a eleição da Diretoria que deverá conduzir a COIFFA no biênio 2011-2013. Foi empossado como Presidente, o Professor Dr. José Morais, atual Diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, cuja manifestação transcrevemos a seguir.

A COIFFA nasceu do impulso de um grande homem com uma visão: introduzir os mais elevados padrões de qualidade no ensino de Farmácia no espaço hispano-americano que, a partir de Monterrey em 2006, se alargou ao mais amplo espaço Ibero-americano, com base na experiência Luso-espanhola prévia nas várias conferências ibéricas de decanos e directores de Faculdades de Farmácia e na fundação



Profa. Eula Maria de Melo Barcelos Costa, Secretária-Geral da Abenfarbio; Prof. José Morais, Presidente da COIFFA; Prof. Radif Domingos, Diretor da Fundação de Ciências Farmacêuticas/CFF, durante o IV Congresso de Ciências Farmacêuticas da COIFFA, realizado, em Lisboa, em junho de 2011.

da Associação Europeia de Faculdades de Farmácia (EAFP) em 1992. Portugal e Espanha estão na EAFP desde a 1ª hora. E o que é este espaço?

Estamos a falar de meio milhão de pessoas e das 4ª e 5ª línguas mais falados no planeta o que nos dá uma força qualitativa e quantitativa enorme, mas inexplorada.

Ao longo dos tempos, tivemos um passado glorioso até ao século XVIII, decadência a partir do século XIX, ditaduras primeiro e finalmente democracias ao longo de todo o século XX e agora um início de

século XXI cheio de incertezas, com várias crises de civilização emergentes.

Mas é a tenacidade dos nossos povos que, agora como no passado, nos levará mais uma vez, a sobreviver como cultura, como língua e como gente. Agora também com mais conhecimento e confiança mútua. E a Farmácia?

Longe da grande inovação Farmacêutica (fruto do nosso deficit industrial – construímos igrejas e não fábricas), afastados dos grandes centros de decisão na Europa das revoluções industriais que nos passaram ao lado, temos sabido, apesar de tudo, acompanhar a evolução e o desenvolvimento industrial e profissional. A excelência das nossas Universidades é disso um bom testemunho.

É no quadro do mundo da Farmácia no espaço ibero-americano que a COIFFA pode desempenhar um papel crítico no desenvolvimento do ensino e da profissão. Portugal foi agora escolhido para presidir aos destinos da COIFFA nos próximos dois anos o que nos enche de orgulho mas que nos dá uma enorme responsabilidade neste momento de afirmação da COIFFA. Saberemos corresponder á confiança que em nós depositaram levando a cabo o exigente plano de trabalho aprovado na nossa Assembleia Geral, com a ajuda da excelente e entusiástica equipe de trabalho constituída.

Tentarei com todas as minhas forças dar continuidade ao grandioso projecto inicial da COIFFA, realizar os seus objectivos e aprofundar as suas conquistas. Tenho comigo a experiência de 40 anos de Universidade e 25 na Agência do Medicamento Europeia e portuguesa, além de ser actualmente Secretário Geral da EAFP. Conto também com todos os membros da COIFFA e com a sua união em torno de projectos comuns. Considero a COIFFA como um projecto em progresso. Por isso enunciarei as áreas em que devemos aprofundar o nosso conhecimento mútuo e beneficiarmos das nossas experiências e capacidades.

- Rastreio e diagnóstico do estado do ensino de Farmácia nos nossos países.
- Na Europa, a Associação Europeia de Faculdades de Farmácia (EAFP) patrocinou o programa PHARMINE (*Pharmacy Education in Europe*) que, com fundos europeus, permitiu fazer o reconhecimento da realidade do ensino e treino em Farmácia e estabelecer objectivos e padrões de qualidade em Farmácia comunitária, hospitalar e industrial.
- A extensão desta iniciativa aos países a COIFFA parece ser um passo necessário ao

estabelecimento de laços mais fortes entre nós, com base na confiança e conhecimento mútuos.

- O projecto “Observatório” apresentado parece em princípio cumprir com estes objectivos, mas necessito de uma análise mais aprofundada.
- Intercâmbio de estudantes e professores ao nível de mestrado e doutoramento com ênfase na investigação científica.
- Exploração de programas de intercâmbio existentes como o programa Alfa, e as bolsas do Banco Santander ou as da Fundación Carolina.
- Acordos de âmbito geral ou meramente bilateral, como o que foi agora firmado entre a Universidade de Lisboa e a de Cajamarca.
- Fomento da relação entre os profissionais através das Ordens, Colégios e outras organizações profissionais
- Esta é uma área em que os académicos normalmente se movem bastante bem mercê da proximidade entre ensino e profissão: muitas vezes o impulso de intercâmbio começa nas Universidades onde há menos conflitos de interesses.
- O objectivo da harmonização profissional insere-se nesta iniciativa, incluindo a harmonização da terminologia académica e profissional no âmbito das actividades dos Institutos Cervantes e Camões.
- Código ibero-americano de deontologia farmacêutica.
- Expansão das nossas actividades à área da Regulatory Science como área emergente e tão importante para a Farmácia, os Farmacêuticos e o ensino da Farmácia.
- Harmonização de práticas e conceitos no contexto, por exemplo, da Farmacopeia Europeia e das nacionais de Espanha e Portugal.
- Ensino avançado, integrador e especializado nesta temática.

Penso que estes dois anos são cruciais para impulsionar estes projectos. A experiência do espaço hispano-americano não foi ainda transferida ao espaço luso-americano, nem este contribuiu ainda para o enriquecimento do nosso acervo comum. Há muito por fazer mas nada se fará sem a ambição de o fazer e se a tarefa não for iniciada.

É meu propósito pôr mãos à obra e fazer avançar os projectos que enunciei.

DOCUMENTOS REQUERIDOS PARA SOLICITAÇÃO DE ADEÇÃO À COIFFA POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

- 1) Apresentar um organograma da Universidade e da Faculdade, ou equivalente, indicando os nomes das autoridades respectivas.
- 2) Apresentar a relação de planos ou programas de estudo.
- 3) Apresentar programa de formação de recursos humanos.
- 4) Apresentar a relação de docentes com as respectivas qualificações acadêmicas e área de atuação na graduação e pós-graduação.
- 5) Mencionar a infraestrutura física (laboratórios, serviços de informação, biblioteca e informática), que sustenta os programas acadêmicos.
- 6) Juntar certificação ou autenticação de financiamento.

ESTÍMULO À INTERNACIONALIZAÇÃO

Merece destaque a aprovação recente pela Presidente Dilma Russel, do Programa Ciência sem Fronteiras que pretende conceder 100 mil bolsas de estudo no exterior em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do país. Serão contemplados diversos níveis de estudo, do ensino médio ao doutorado. Do total, 75 mil bolsas estarão a cargo do governo federal e 25 mil contarão com a colaboração de empresas da iniciativa privada. O objetivo principal do programa é promover o avanço do Brasil em ciência, tecnologia, inovação e competitividade.

O governo federal deverá conceder essas bolsas até 2014 e do montante previsto, 40 mil serão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e 35 mil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT). A intenção é que os melhores

alunos do Brasil estudem nas 30 melhores universidades do mundo.

Segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, o processo de seleção dos alunos começará neste semestre e o potencial e o desempenho acadêmico serão critérios de seleção. Estudantes que ingressaram na instituição pelo do Programa Universidade para Todos (ProUni) ou do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e que obtiveram nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) superior a 600 pontos também poderão participar. Instituições de Ensino Superior que participam dos programas de Iniciação Científica (Pibic) e Tecnológica (Pibit) do CNPq receberão cotas para selecionar alunos. Também fará parte do Programa ações para atrair jovens talentos estrangeiros e incentivar o retorno de talentos brasileiros que se encontram no exterior.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASIL-EUROPA

O Instituto de Estudos Brasil Europa criado no final de 2010 visa ao fortalecimento de cooperação internacional em educação, pesquisa e extensão, foi tema de discussão em mesa redonda na 63ª Reunião Anual da SBPC realizada no mês de julho na Universidade Federal de Goiás. É composto por 20 instituições, tem o diferencial de procurar por projetos de interesse mútuo que beneficiem tanto a comunidade europeia quanto a brasileira. Durante o evento a internacionalização foi citada como um quarto pilar da universidade pública, sustentada pelo tripé "pesquisa, ensino e extensão". Também foi ressaltada a importância de que a cooperação internacional vá além de pesquisas con-

juntas, **aproximando conteúdos curriculares e metodologias de ensino.**

O Instituto vai realizar reuniões anuais com os grupos que compõem as quatro grandes áreas de cooperação formadas: Humanidades e Artes, **Saúde e Biologia**, Tecnologia e Políticas Públicas, de forma a rever as ações desenvolvidas e propor novas ideias. "Uso intensivo do ensino a distância e multidisciplinaridade vão ser uma constante em todos os projetos" salientou um dos palestrantes. Durante a mesa redonda, ainda foi anunciado o I Congresso Internacional do Instituto de Estudos Brasil – Europa, a ser realizado de 29 de novembro a 1º de dezembro de 2011 na UFG.



NOVOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO: POR QUE MUDAR?

POR CELSO SPADA

Por meio da Portaria 386 de 27 de setembro de 2010, a Diretoria de Avaliação de Educação Superior DAES/INEP designou a Comissão de Revisão dos Instrumentos de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Educação Superior para operacionalização do SINAES.

Após a avaliação inicial, a Comissão reduziu de 12 para 04 os Instrumentos: sendo 01 para avaliar bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia na modalidade presencial ou à distância; 01 para avaliar os cursos de graduação em medicina; 01 para avaliar Renovação de Reconhecimento de Cursos e 01 para avaliar Cursos de graduação em direito, presencial ou a distância.

Por que realizar a reformulação dos instrumentos?

Um indicador que é avaliado no instrumento que subsidiará o ato de autorização e reconhecimento não é mais cobrado no ato de renovação; Um critério de análise gerava determinado conceito em um instrumento e, em um outro instrumento era pontuado com outro conceito, por exemplo: O descritor **“suficiente”**, no instrumento de avaliação de curso de Medicina que subsidiava o reconhecimento – indicador objetivos do curso – conceitua **2**. No instrumento de Bacharelado e Licenciatura que subsidiava o reconhecimento de cursos, o mesmo indicador, com a mesma lógica de análise – conceituava **3**.

Os critérios de análise eram com diversos descritores para o mesmo indicador (PRESENCIAL): (Não existe, insuficiente, suficiente, plena, excelente, etc.....); para o Bacharelado e licenciatura RECONHECIMENTO dimensão 1, indicador 1.2; Tínhamos 3 descritores para o conceito 3; Medicina RECONHECIMENTO dimensão 1, indicador 1.1.2: 4 descritores para o conceito 3; tínhamos indicadores não contemplados em todos os instrumentos (PRESENCIAL):

- Bacharelado e licenciatura dimensão 1 doze indicadores – RECONHECIMENTO
- Pedagogia dimensão 1 quinze indicadores – RECONHECIMENTO; RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO TODOS OS CURSOS dimensão 1 oito indicadores; Títulos de INDICADORES diferentes de um mesmo objeto a ser analisado para DIFERENTES INSTRUMENTOS (PRESENCIAL): Bacharelado e licenciatura

RECONHECIMENTO dimensão 1, indicador 1.2. : auto-avaliação do curso Medicina RECONHECIMENTO dimensão 1, indicador 1.2 Integração com o sistema local e regional de saúde do SUS; Pedagogia RECONHECIMENTO dimensão 1, indicador 1.2 objetivos do curso; RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO TODOS OS CURSOS dimensão 1, indicador 1.2: funcionamento de instâncias coletivas de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e qualificação do curso.

Exigências legais diferenciadas entre os critérios de análise dos diversos instrumentos em relação ao conceito 3.

Instrumentos reformulados

Um mesmo instrumento subsidiando TRÊS diferentes momentos de um curso. Para que isto aconteça foi utilizado, quando necessário, os termos: **PREVISTO/IMPLANTADO**

Previstos/Contratados; Previstas/Autorizadas; Pretendidas/Autorizadas; revisão/Existência; Regulamento/Institucionalizado e Vagas/Estudantes Matriculados.

Para que cada indicador tenha predominantemente UM ÚNICO OBJETO DE ANÁLISE, tornando o trabalho da comissão de avaliadores mais objetivo e simples, a comissão de assessores utilizou o auxílio da expressão: **ANÁLISE SISTÊMICA E GLOBAL**. O conceito **NÃO SE APLICA – NSA** para cursos que não contemplem as exigências do indicador, para diferenciar indicadores específicos de Educação a Distância ou Presenciais, para integrar aos relatórios indicadores específicos para Licenciaturas. Importante: Sempre que couber à comissão de avaliadores a

Conceito do curso

Serão atribuídos conceitos de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, a cada um dos indicadores de cada uma das três dimensões, como exigido no § 2º do Artigo 4º da Lei do SINAES: “A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas”. Os conceitos atribuídos a cada uma das dimensões deverão ser contextualizados: com base nos indicadores previamente informados pela IES no formulário eletrônico e descritos de forma

abrangente, coerente com a análise do PPC, PDI, das Diretrizes e demais documentos pertinentes (atas, regimentos, documentação fiscal, etc).

O Conceito do Curso (CC) é calculado pelo sistema e-MEC: com base em uma média **aritmética ponderada pelos percentuais de peso de cada dimensão**.

Pesos

Autorização de Cursos Reconhecimento e Renovação de Cursos

Organização Didático-Pedagógica	30	40
Corpo Docente	30	30
Infra-estrutura	40	30

Conceito e descrição

- 1) Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito NÃO EXISTENTE;

CUMPRINDO COMPROMISSOS

A Abenfarbio em seu planejamento estratégico 2007-2011 adotou como VISÃO: “Ser uma associação de referência para a Educação Farmacêutica no Brasil, em sintonia com as necessidades da sociedade, servindo e contribuindo para a melhoria contínua do processo ensino/aprendizagem/atuação profissional”. Também tornou público seu compromisso em: “Orientar e auxiliar os profissionais do ensino de farmácia na formação pessoal, social e profissional dos farmacêuticos, contribuindo para o crescimento e o sucesso da profissão por meio da formação de cidadãos éticos e comprometidos com a saúde e o bem-estar da humanidade”.

Nesse período tem sido grande o esforço e dedicação para organizar e disponibilizar aos colegas atividades pedagógicas, artigos e material que obje-

- 2) Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito INSUFICIENTE;
- 3) Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito SUFICIENTE;
- 4) Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito MUITO BOM/MUITO BEM e
- 5) Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito EXCELENTE

Os conceitos atribuídos a cada indicador deverão ser contextualizados, com base na verificação *in loco* e observados os critérios de análise.

Requisitos legais e normativos

Estes itens são essencialmente regulatórios, por isso não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores apenas farão o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da instituição, para que o Ministério de Educação, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis.

tivam capacitação e desenvolvimento docente, visando à promoção de um ensino farmacêutico de qualidade.

Nesse sentido, além de cursos ministrados em diversas Instituições de Ensino Superior e em eventos farmacêuticos, lançou duas publicações que marcam novos momentos no aprimoramento para o exercício da sala de aula.

Esperamos, dessa forma, estar colaborando com os colegas professores na difícil, mas, importantíssima missão que abraçaram.



Diretoria da Abenfarbio 2007-2011:
Prof. Geraldo Alécio, Vice-Presidente;
Profa. Ilza Martha, 2ª Secretária;
Prof. Carlos Cecy, Presidente; Profa.
Eula Maria, Secretária- Geral; Prof.
Hemerson Bertassoni, Tesoureiro



JUNTE-SE À ABENFARBIO. A QUALIDADE DO ENSINO FARMACÊUTICO DEPENDE DE VOCÊ.



Prof. Carlos Cecy
Presidente



Prof. Geraldo Alcício de Oliveira
Vice-presidente



Profa. Eula Maria de Melo Barcelos Costa
Secretária Geral



Profa. Ilza Marthá de Souza
Primeira Secretária



Prof. Hemerson Bertassoni Alves
Tesoureiro



Prof. Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos
Primeiro Tesoureiro



Prof. Fabrício Rios Santos
Conselho Fiscal



Profa. Cynthia França Woalski Bordin
Conselho Fiscal



Prof. Wander Cairo Albermaz
Conselho Fiscal



Prof. Ocimar Antônio de Castro
Conselho Fiscal



Profa. Flávia Valladão Thiessen
Conselho Fiscal